

AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS EMPRESAS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO SOB A ÓTICA DAS PRÁTICAS DE MERCADO

Sustainable Practices in the Economy of Communion Companies from the Perspective of Market Practices

Las Prácticas Sostenibles en las Empresas de Economía de Comunión Bajo la Perspectiva de Prácticas de Mercado

PAULO ANDRÉ FERREIRA
Administrador –
IFRJ

ALESSANDRO MARINHO PINHEIRO
Mestre
Unigranrio

HUGO LEONARDO GUILHERMANDES CARDOZO
Professor da
UNESA e Mestre
pela Unigranrio

DENISE FRANCA BARROS
Doutora e
professora da
Unigranrio

Submetido em
03.02.2015.
Aprovado em
18.04.2016
Avaliado pelo
processo de
double blind
review.

RESUMO

A sustentabilidade é um tema que tem se destacado no cenário mundial a partir de meados da década de 70, em virtude da descoberta de substâncias nocivas à saúde humana e alguns ecossistemas. Assim, o debate sobre a sustentabilidade capilarizou-se entre os diversos ramos científicos, tendo sido objeto de debate nas ciências sociais aplicadas, onde no campo da administração o conceito está em desenvolvimento, não havendo uma definição única. A Economia de Comunhão (EdC), por sua vez, apresenta características que objetivam 'humanizar' a economia e ter o cuidado no tratamento com a natureza, constituindo assim um modelo que pode colaborar com o debate da sustentabilidade. Nessa direção, o objetivo deste trabalho foi descobrir: quais são as práticas sustentáveis das empresas da EdC. Para a realização deste objetivo foi elaborada uma apresentação dos conceitos de sustentabilidade, EdC, práticas de mercado e práticas sustentáveis, no intuito de delimitar e elucidar seus significados. Em seguida, foi demonstrada a metodologia utilizada, a análise dos dados e, por fim, as considerações finais. Em relação às práticas sustentáveis, foi possível identificar: um relacionamento honesto ou fraterno com os clientes, a reciclagem dos resíduos aproveitáveis e doação dos resíduos não aproveitáveis a outros atores, e a utilização de matéria-prima reciclada na produção como práticas de troca; o desenvolvimento de programas relacionados à saúde e segurança do trabalhador, a realização de cursos de capacitação ou formação aos funcionários, e a utilização de outras normas de redução do desperdício e da poluição como práticas normativas; e o desenvolvimento de políticas de Responsabilidade Social como práticas representativas. Como sugestão de exames futuros, recomenda-se a aplicação da pesquisa em um maior quantitativo de empresas da EdC, considerando que a limitação de pesquisa em apenas duas empresas não possibilita a sustentação do conceito inferido em um universo maior. Sugere-se também uma pesquisa de satisfação junto aos *stakeholders* destas empresas, ampliando os atores objetos de pesquisa. Por fim, uma análise de impactos e projeções futuras com a definição de indicadores de sustentabilidade, tendo como alvo as práticas sustentáveis das empresas EdC, e com o auxílio de estudos estatísticos por exemplo, pode colaborar na prospecção para o atendimento de reivindicações futuras.

Palavras-chave: sustentabilidade, práticas de mercado, práticas sustentáveis e Economia de Comunhão.

ABSTRACT

Sustainability is a topic that has excelled on the world stage since the mid-70s, due to the discovery of substances harmful to human health and some ecosystems. Thus the debate on sustainability It capilarizou between the various branches of science, having been the subject of debate in the applied social sciences, where the field of management concept is in development, there is no single definition. The Economy of Communion (EoC), in turn, has characteristics that aim to 'humanise' the economy and take care in the treatment with nature, thus constituting a model that can work with the discussion of sustainability. In this sense, the objective of this study was to find out: what are the sustainable practices

of the EoC companies. For achieving this goal we created a presentation of the concepts of sustainability, EOC, market practices and sustainable practices in order to define and clarify their meanings. Then it was demonstrated the methodology used to analyze the data and, ultimately, the final considerations. In relation to sustainable practices could be identified: an honest and fraternal relationships with customers, recycling of recoverable waste and donation of waste not usable to other actors, and the use of recycled raw material in the production and exchange of practices; the development of programs related to worker health and safety, conducting training courses or training to employees, and the use of standards to reduce waste and pollution as normative practices; and the development of social responsibility policies as representative practices. As a suggestion for future tests, the application of research is recommended in a larger quantity of the EoC companies, considering that the research limitation in only two companies does not allow the support of the concept inferred in a larger universe. It is also suggested a satisfaction survey with stakeholders of these companies, expanding the objects actors research. Finally, an analysis of impacts and future projections with the definition of sustainability indicators, targeting the sustainable practices of EoC companies, and with the help of statistical studies for example, can collaborate in exploration to meet future claims..

Keywords: sustainability, market practices, sustainable practices and Economy of Communion.

RESUMEN

La sostenibilidad es un tema que se ha destacado en el escenario mundial desde mediados de los años 70, debido al descubrimiento de sustancias perjudiciales para la salud humana y algunos ecosistemas. Así, el debate sobre la sostenibilidad creció entre las diversas ramas de la ciencia, habiendo sido objeto de debate en las ciencias sociales aplicadas, donde el campo de concepto de gestión se encuentra en desarrollo, no existe una definición única. La Economía de Común (EdC), a su vez, tiene características que apuntan a "humanizar" la economía y tener cuidado en el tratamiento con la naturaleza, lo que constituye un modelo que pueda trabajar con la discusión de la sostenibilidad. En este sentido, el objetivo de este estudio era averiguar: ¿cuáles son las prácticas sostenibles de las empresas de la EdC? Para lograr este objetivo hemos creado una presentación de los conceptos de sostenibilidad, EOC, las prácticas del mercado y las prácticas sostenibles con el fin de definir y aclarar su significado. A continuación, se demostró la metodología utilizada para analizar los datos y, en última instancia, las consideraciones finales. En relación con las prácticas sostenibles pueden ser identificados: una relación honesta y fraternal con los clientes, el reciclaje de residuos valorables y donación de residuos no utilizables para otros actores, y el uso de materia prima reciclada en la producción y el intercambio de prácticas; el desarrollo de programas relacionados con la salud y la seguridad de los trabajadores, la realización de cursos de formación o entrenamiento para los empleados, y el uso de normas para reducir los residuos y la contaminación como prácticas normativas; y el desarrollo de políticas de responsabilidad social como prácticas representativas. Como sugerencia para futuras pruebas, la aplicación de la investigación se recomienda en una cantidad mayor de las empresas de la EdC, teniendo en cuenta que la limitación de la investigación en sólo dos empresas no permite el apoyo del concepto inferido en un universo mayor. También se sugiere una encuesta de satisfacción con las partes interesadas de estas empresas, la ampliación de la investigación de objetos actores. Por último, un análisis de los impactos y las proyecciones futuras con la definición de indicadores de sostenibilidad, centrándose en las prácticas sostenibles de las empresas de la EdC, y con la ayuda de estudios estadísticos, por ejemplo, pueden colaborar en la exploración para atender las demandas futuras.

Palabras clave: sostenibilidad, prácticas de mercado, sostenibles y la economía de las prácticas de la comunión.

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um tema que tem sido estudado e debatido com bastante frequência dentro do ambiente acadêmico e empresarial, especialmente a partir da década de 70 com a criação do Clube de Roma (LIMA, 2012), que teve como conclusão que os recursos globais se esgotariam em menos de cem anos se o consumo continuasse na mesma intensidade daquela época (LIMA, 2012). Também contribuíram para a popularidade do tema as descobertas de que algumas substâncias seriam capazes de destruir a camada de ozônio além de causar diversos males à saúde humana, como os Clorofluorcarbonos, Hidroclorocarbonos, Hidrobromofluorcarbonos, Halons, Tetracloroeto de Carbono, Brometo de Metila e Hidroclorofluorcarbonos (MMA, 2013).

No intuito de se nortear o conceito de sustentabilidade para a coleta dos dados, análise e conclusão deste artigo, utilizou-se a definição do *Relatório Brundtland* que afirma ser o "... desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades." (WCED, 1987, tradução nossa).

O projeto da Economia de Comunhão (EdC) nasceu como fruto de uma prática dos Movimentos dos Focolares, uma organização não governamental de caráter cristão (religioso), cujos integrantes procuravam partilhar os bens de forma que não faltasse o mínimo necessário para se viver com dignidade. Norteados pelas palavras do Evangelho: "Dai e vos será dado.", entre outras, os membros dos Focolares (sendo esta uma palavra de origem italiana com o significado de lareira, um ambiente acolhedor, confortável e protetor do inverno da Itália), e decididos a colocarem em prática seus ideais, começaram a ajudar as pessoas que passavam por necessidades materiais e espirituais em uma época hostil – durante a Segunda Guerra Mundial na cidade de Trento, norte da Itália (TORNO, 2011).

Em relação às práticas de mercado, Kjellberg e Helgesson (2007) formularam um modelo conceitual de mercados constituídos de práticas estabelecidas por sujeitos específicos, criando, mantendo e moldando, assim, as estruturas de funcionamento dos mercados. Os autores definiram três principais práticas: *normalizing practices* (práticas normativas), *exchange practices* (práticas de troca) e *representational practices* (práticas representativas), que seriam as três grandes esferas instituidoras dos mercados.

O conjunto de práticas sustentáveis de vários atores – consumidores, vendedores, distribuidores, agentes fiscalizadores e reguladores, entre outros – como o cuidado com o descarte do bem utilizado destinando-o à reciclagem, o emprego da logística reversa para reutilização dos produtos, a composição química com menor impacto ambiental e não prejudicial à saúde como fonte de matéria-prima no ciclo produtivo, a utilização de uma matriz energética limpa na planta industrial, o cuidado com a saúde do trabalhador, a criação de modelos de mercados ecologicamente corretos e com uma participação mais isonômica da comunidade na distribuição dos produtos e resultados, e, também, o estabelecimento de leis e normas de forma a inibir os danos sócioambientais são exemplos de práticas que no seu conjunto contribuem para a definição de uma formatação ou configuração sustentável dos mercados. Na medida em que tais práticas obtêm sucesso na conciliação das necessidades presentes sem prejudicar as gerações futuras. Em suma, este trabalho almejou responder a seguinte questão: quais as práticas sustentáveis adotadas pelas empresas da EdC? Destarte, foram realizadas pesquisas em duas empresas da EdC – Alfa e Beta – que não autorizam sua identificação, e também uma pesquisa na Associação Nacional por uma Economia de Comunhão – ANPECOM. Outras empresas da EdC não foram incluídas na

pesquisa pelas limitações temporal e de logística.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A sustentabilidade

A origem da sustentabilidade tem gerado debates até os dias atuais, estando longe de se alcançar um consenso em sua definição. Há informações (BOFF, 2012) que no ano de 1560 a palavra 'sustentabilidade' era utilizada na Alemanha, na Província da Saxônia, através da palavra alemã *Nachhaltigkeit* (sustentabilidade) segundo BOFF, 2012. Todavia, a partir da década de 1970 que a preocupação com o meio ambiente teve destaque no debate internacional (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012). O avanço de pesquisas e comprovações de resultados de substâncias danosas utilizadas em lavouras como o diclorodifeniltricloreto (DDT), e também a fundação do Clube de Roma em 1968 com a preocupação do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e o reflexo disso na sustentabilidade planetária (LIMA, 2012), fizeram o debate da sustentabilidade emergir na comunidade internacional nos anos seguintes.

Ainda na década de 1970 (MMA, 2013), alguns cientistas descobriram outras substâncias danosas ao meio ambiente, como por ex. os Clorofluorcarbonos (CFCs), HFCs (Hidroclorocarbonos), HBFCs (Hidrobromofluorcarbonos), Halons, CTC (Tetracloro de Carbono) e o brometo de metila além de halons, CTCs (tetracloro de carbono), HCFC (hidroclorofluorcarbonos) e brometo de metila, os chamados SDOs – Substâncias Químicas que Destroem a Camada de Ozônio (MMA, 2013). Essas substâncias são utilizadas em vários produtos fabricados e comercializados pelo ser humano, tais como: espumas, aerossóis, refrigeração comercial, doméstica e industrial, limpeza de elementos de precisão e eletrônica, extintores de incêndio, solventes, emulsões para limpeza de couros, fumigação de solos, tratamentos em quarentena e pré-embarque e outros (MMA, 2013).

Além de destruir a camada de ozônio, as substâncias supracitadas e outras derivadas das atividades industriais e agropecuárias causam diversos danos tanto ao homem como ao meio ambiente: "... queimaduras e câncer de pele; catarata; alteração no sistema imunológico; redução das colheitas; degradação do ecossistema dos oceanos (destruição do fito plâncton); alteração dos processos de fotossíntese; e redução dos estoques pesqueiros." (MMA, 2013).

Em resposta a estes problemas, foi instituído no ano de 1987 com entrada em vigor a partir de 1989, o Protocolo de Montreal (UNEP, 2012) que corresponde a um tratado internacional que obteve a adesão de 196 países (PNUD, 2010) com o objetivo de reduzir as substâncias que destroem a camada de ozônio (MMA, 2013). A comunidade internacional desta vez colaborou de forma surpreendente, reduzindo "... 99,7% entre o ano anterior ao protocolo, 1986, e 2008: de 1,07 milhões de toneladas para 2.746 toneladas, de acordo com dados do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente." (PNUD, 2010) Com uma atuação exemplar, o Brasil está situado "... entre os cinco países que cumpriram as metas do Protocolo de Montreal com maior excelência. Os esforços nacionais desenvolvidos desde os anos 1980 resultaram em um corte de 95,4% no uso de CFCs no País." (MMA, 2007, pág. 8)

Com o engajamento da comunidade planetária, foram desenvolvidos outros estudos como Protocolo de Quioto lançado em 1997 (MMA, 2007), a Eco-92 ou Rio-92 (IPEA, 2012), a Rio+20 (BBC BRASIL, 2012), entre outros, que procuraram alertar os governantes mundiais

sobre a relação entre a humanidade e o meio ambiente nos problemas globais como pode ser observado, por exemplo, no período de 20 anos transcorridos entre Rio-92 no ano de 1992 e a Rio+20 em 2012 (UNEP, 2012): o número de pessoas morando em favelas aumentou de 656 milhões para 827 milhões durante este período (1992 a 2012), um aumento da emissão de CO₂ (gás carbônico) de 36% no período entre 1992 a 2008, a concentração de CO₂ na atmosfera cresceu mais de 9% de 1992 a 2011, a temperatura global aumentou 0,4 °C no período de 1992 a 2010 (UNEP, 2012) etc. Também houve um aumento na temperatura do oceano de 0,22 °C em 1992 para aproximadamente 0,5 °C em 2010, aumentando a emissão de CO₂ no ar, ocorrendo uma redução do PH no mar (reduzindo de 8,11 em 1992 para 8,06 em 2007), e tendo como consequência um aumento na acidez dos oceanos, afetando a sobrevivência de vários organismos vivos marítimos (UNEP, 2012).

Definindo o conceito de desenvolvimento sustentável pelas Nações Unidas como o "... desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades." (WCED, 1987, tradução nossa), o Relatório *Brundtland* ou *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) afirma a importância do crescimento econômico nos países em desenvolvimento, porém, alerta para a questão de que o simples desenvolvimento econômico não garante uma melhor distribuição de renda, podendo até mesmo manter ou aumentar as desigualdades sociais e impor restrições de acesso aos mantimentos básicos das camadas sociais mais pobres.

A popularidade do tema sustentabilidade gerou conceituações distintas e até mesmo opostas. Alguns afirmam que sustentabilidade deve ter como cuidado principal o meio ambiente (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011; KRAEMER; SILVEIRA; ROSSI, 2012), enquanto outros defendem a sustentabilidade corporativa ou organizacional como a questão primordial (SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011; THIBES; NETO, 2011). Há autores (MACEDO; CRUZ; FERREIRA, 2011; NASCIMENTO; MENDONÇA; CUNHA, 2012) que procuram conciliar o crescimento empresarial com o aumento da lucratividade junto com a preocupação ambiental e social, sofrendo uma influência do conceito de uma das maiores autoridades da sustentabilidade no campo empresarial – John Elkington (2012). Nessa direção, Gardini, Matias e Azevedo (2014), afirmam que a "... pecuária sustentável é a atividade, que prevê práticas ambientalmente corretas, socialmente justas, e economicamente viáveis, ..." (pág. 7); e, ainda, vão além ao afirmar que "A sustentabilidade é considerada um caminho natural a todos os setores produtivos existentes no Brasil, ..." (pág. 7). Outros pensadores distinguem os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (BARBIERI; SILVA, 2011), um grupo de pesquisadores nem se preocupa com a definição do conceito de sustentabilidade (DEMAJOROVIC et al., 2012; BERNARDES; VARELA; SOARES, 2012; PACE; OLIVEIRA; ALKMIM, 2012) enquanto que outros não consideram o cuidado com o meio ambiente dentro do conceito de sustentabilidade (THIBES; NETO, 2011; JUNIOR; LIMA; DALMAU, 2011; OLIVEIRA; WADA, 2012)...

No campo da Administração, pesquisas recentes sinalizam uma apropriação do conceito da sustentabilidade no paradigma econômico dominante criando "... uma falsa noção de conciliação entre o capitalismo e a questão ecológica." (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, pág. 569) e que "... não pode ser visto como uma alternativa que realmente protege os ambientes locais." (BARROS; SAUERBRONN; COSTA, 2014, pág. 22). Justen e Neto (2012) também trilham nesta linha ao afirmar que o conceito da sustentabilidade é incorporado pelo setor empresarial sob uma ótica economicista e por uma matriz antropocêntrica dos estudos organizacionais, ou seja, há uma ideia de superioridade do ser humano em relação aos demais seres vivos. Esta matriz também possui outras características

como o “...corpus discursivo da superioridade técnica e da virtude moral das organizações...” (JUSTEN; NETO, 2012, pág. 741).

Apesar de todo o debate contemporâneo em relação à definição do significado da sustentabilidade, Guimarães e Feichas (2009) apontam que “...há um consenso sobre a qualidade multidimensional da sustentabilidade, sem que haja concordância sobre quais dimensões devem ser mensuradas.” (pág. 320), significando dizer que o conceito da sustentabilidade é visto como um conjunto de fatores e, por consequência, indo além do alcance de um fator único. O debate sobre a sustentabilidade capilarizou-se entre os diversos ramos científicos, tendo sido objeto de debate nas ciências sociais aplicadas, onde no campo da administração o conceito está em desenvolvimento, não havendo uma definição única nesta temática (FERREIRA; BARROS, 2013).

As empresas possuem uma tarefa fundamental em relação à sustentabilidade devido ao seu papel coletivo humano, e sua relação com a natureza tanto na retirada de insumos que são utilizados como fonte de matéria-prima ou no consumo direto, no espaço físico de despejo dos resíduos da produção, no descarte de componentes dos produtos não reutilizados etc. Sendo o mercado como a constituição de práticas resultantes de esforços organizados (ARAUJO; FINCH; KJELLBERG, 2010) e a empresa como a estrutura básica de organização coletiva, podemos inferir que as práticas das empresas possuem um vínculo com a sustentabilidade (BOFF, 2012).

Devido à variedade de divergência entre os conceitos de sustentabilidade apresentados, o conceito do Relatório *Brundtland* foi selecionado para o desenvolvimento do presente artigo em função de sua objetividade e reconhecimento internacional: tendo sido desenvolvido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (WCED, 1987).

2.2. A Economia de Comunhão

A relevância de se estudar a Economia de Comunhão (EdC) consiste por ser uma proposta que objetiva 'humanizar' a economia e por ter o cuidado com a natureza como um de seus principais alicerces (ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2012; DALLABRIDA, 2004), possibilitando teoricamente uma nova estrada para a sustentabilidade.

O projeto da Economia de Comunhão nasceu como fruto de uma prática dos Movimentos dos Focolares, uma organização não governamental de caráter cristão (religioso), cujos integrantes procuravam partilhar os bens de forma que não faltasse o mínimo necessário para se viver com dignidade (ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2012). Norteados pelas palavras do Evangelho: “Dai e vos será dado.”, entre outras, os focolarinos, membros dos Focolares (sendo esta uma palavra de origem italiana com o significado de lareira, um ambiente acolhedor, confortável e protetor do inverno da Itália), e decididos a colocarem em prática, começaram a ajudar todas as pessoas que passavam por necessidades materiais e espirituais em uma época hostil – durante a Segunda Guerra Mundial na cidade de Trento, norte da Itália (TORNO, 2011).

Com base nesses valores, surgiu a Economia de Comunhão: um projeto econômico inspirado em valores religiosos, especialmente a partilha dos bens, isto é, comunhão. Inicialmente os integrantes do Movimento dos Focolares já possuíam uma cultura de colocar em comum todos os bens que eram considerados supérfluos para estes conforme vimos acima. Portanto, estes bens eram colocados à disposição de outras pessoas que estivessem precisando de forma que não faltasse a ninguém o mínimo para se viver com dignidade.

De uma forma concreta, as empresas da Economia de Comunhão deveriam compartilhar o lucro de forma espontânea, não obrigatória, destinando-o a três objetivos (BRUNI, 2005):

- a) um terço para o reinvestimento para o desenvolvimento da empresa;
- b) um terço para a propagação da cultura da partilha e da comunhão;
- c) um terço para os pobres, começando pelos participantes do Movimento dos Focolares que se encontram em difícil situação financeira.

Na figura a seguir é possível visualizar a quantidade de pessoas (por região) ajudadas pela EdC através de doações pessoais e das empresas da EdC entre os anos de 1992 e 2012:

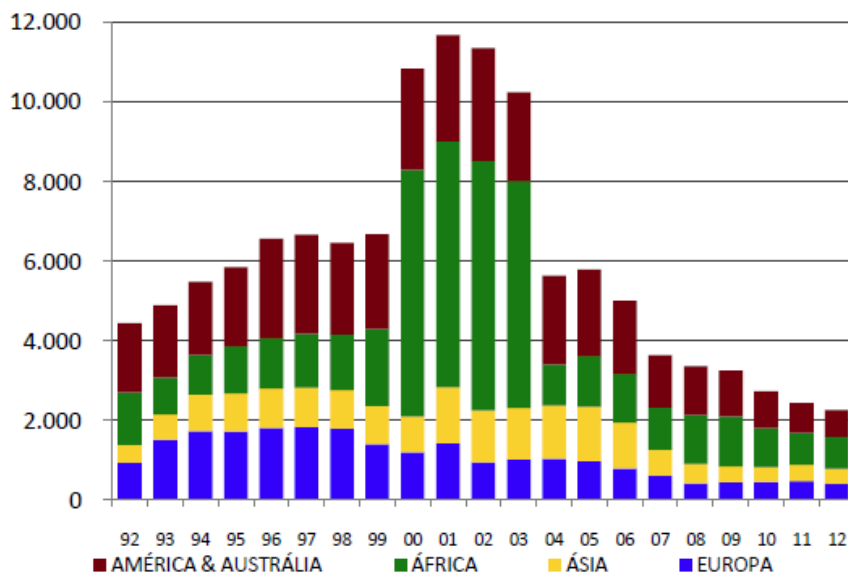


Figura 01: Relatório Técnico de Assistência Social na EdC

Fonte: Adaptado de Relatório EdC 2012 – 2013

Para ilustrar os valores enviados pelas empresas da EdC às pessoas em dificuldades também ligadas ao projeto EdC, foi elaborado um gráfico com base nas informações disponíveis nos Relatórios EdC de 2009-2010, 2011-2012 e 2012-2013:

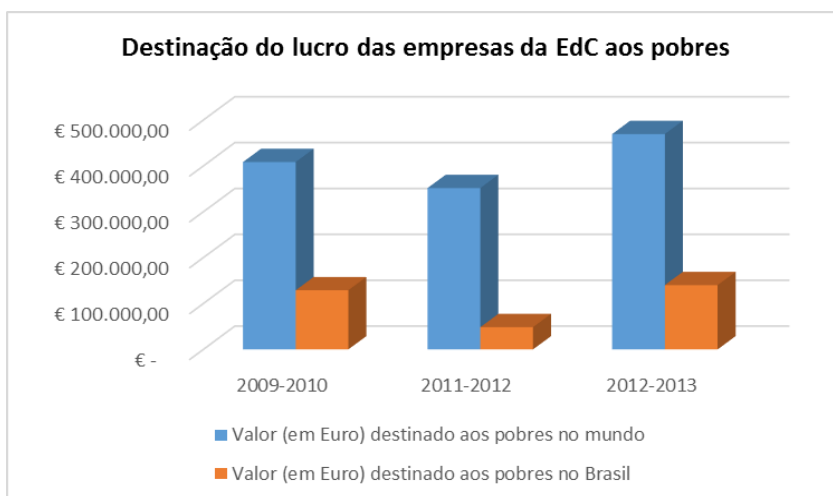


Figura 02: Destinação do Lucro das Empresas da EdC aos Pobres

Fonte: Elaborado com base nos Relatórios EdC de 2009-2010, 2011-2012 e 2012-2013

A destinação final deste lucro às pessoas com dificuldades financeiras dividia-se em: recebimento de bolsas de estudo (a maior parte), atividades produtivas, complementação de renda, habitação e tratamento médico (ECONOMIA DE COMUNHÃO, 2009-2010, 2011-2012 e 2012-2013).

Aspirando o fortalecimento do movimento EdC no Brasil, foi criada a Associação Nacional por uma Economia de Comunhão – ANPECOM - no ano de 2005, com a finalidade de representar a Economia de Comunhão junto à sociedade civil, fortalecer as empresas associadas (que totalizavam em 45 empresas no momento da pesquisa) e auxiliar na expansão da pesquisa acadêmica sobre Economia de Comunhão (ANPECOM, 2014).

A ANPECOM também se preocupa com a diminuição das desigualdades sociais e estimula a ampliação da cultura da partilha conforme se pode observar no quadro abaixo:

ANPECOM - Associação Nacional por uma Economia de Comunhão	
Missão	Representar seus associados e a EdC junto a sociedade civil no Brasil e internacionalmente, consolidando esta nova cultura econômica baseada na fraternidade, através do desenvolvimento de ações de fortalecimento das empresas associadas, bem como, da expansão da pesquisa acadêmica e da ampla divulgação do projeto.
Visão	Ser a referência nacional de colaboração no desenvolvimento das empresas e na disseminação da cultura da partilha junto aos seus associados, pólos, comissões locais/regionais e demais atores do projeto, promovendo assim ações que visam a erradicação da pobreza e a construção de espaços de fraternidade e reconhecimento mútuo.
Valores	<ul style="list-style-type: none"> a) Pessoas: buscamos ter uma relação de reciprocidade, liberdade e comunhão; b) Qualidade: buscamos realizar nossos trabalhos com competência e assertividade; c) Segurança: nos comprometemos a ser fiéis ao carisma da unidade, e manter sempre viva a comunhão com a AIEC – Associação Internacional por uma Economia de Comunhão; d) Responsabilidade social: colaboramos na redução das desigualdades sociais e promovemos a fraternidade e a cultura da partilha; e) Ética: buscamos a transparência em todas as nossas ações.

Quadro 01: Missão, Visão e Valores da ANPECOM

Fonte: Elaborado com base em ANPECOM (2014)

Embarcando na seara acadêmica, e através de uma análise multidimensional, Silva *et al.* (2015) citam a integração de dimensões que são inerentes à EdC: “... motivações humanistas, éticas e de fraternidade...” (pág. 7). Um atributo que caracteriza a EdC se dá pela cultura da partilha, firmado por uma distribuição do lucro das empresas aos sócios, funcionários e a comunidade assistida pela EdC (SILVA *et al.*, 2015).

Alguns autores como Dallabrida (2004), Fernandes (2007) e Santana (2003) defendem que a EdC caminha em direção à sustentabilidade. Dallabrida (2004) afirma que “...a preocupação com a sustentabilidade é uma tônica.” (pág. 77) na EdC. Fernandes (2007), tendo concluído em seu trabalho que o cuidado ambiental é um dos valores da EdC pois “...os empresários reconhecem que o compromisso com a conservação da natureza (ou com o Desenvolvimento Sustentável) está formalmente inserido nos princípios da EdC enquanto

estilo produtivo e econômico.” (pág. 133). Ao passo que, para Santana (2003), existem princípios que as empresas podem adotar para caminhar na estrada da sustentabilidade, sendo a adoção da EdC um destes: "1. Considerar a empresa como um organismo vivo (Princípio Gerencial); 2. Adotar os Princípios de Economia de Comunhão (Princípio Filosófico); 3. Utilizar as Tecnologias Limpas apropriadas (Princípio Tecnológico)." (SANTANA, 2003, pág. 96).

Segundo Pinto (2004), há uma aproximação da EdC com a Teoria dos *Stakeholders*. Pinto (2004) abordou os seguintes atores em seu trabalho: o acionista, o gerente, o funcionário, os concorrentes, os fornecedores e, quando existiram, os órgãos representativos de classe de cada empresa pesquisada. Seu trabalho permitiu verificar uma ênfase nos bens relacionais conferindo uma esfera familiar ao ambiente interno. Em relação aos agentes externos, Pinto (2004) verificou "... uma profunda admiração pelas práticas das empresas de EdC com quem travavam contato comercial." (pág. 305). Apesar da aproximação da EdC com a Teoria dos *Stakeholders*, Pinto informa não "... haver uma sobreposição perfeita." (pág. 308), pois, na EdC, há uma dimensão religiosa que sustenta as dimensões social (com maior peso), financeira e ambiental com pesos de importância distintos. Ao passo em que na Teoria dos *Stakeholders* não é encontrada relevância para o elemento religioso e todas as dimensões possuem a mesma magnitude (PINTO, 2004).

Abordando a EdC sob uma outra ótica, para Bruni (2005), a EdC procura se firmar mais como uma nova cultura do que um novo conceito econômico ou administrativo.

Outros autores como Leitão e Spinelli (2008) criticam a falta de uma maturação e consolidação sobre os estudos da EdC na esfera da administração. Leitão e Spinelli (2008) constataram que, na produção acadêmica em administração de 1991 a 2006 sobre a Economia de Comunhão (EdC), havia uma grande diversidade de linhas de pesquisa com pouco aprofundamento em um tema específico, constatando a falta de uma continuidade para o amadurecimento científico específico de um tema. Afirmam também que na produção acadêmica "... ainda está distante a formulação de uma teoria integrada de EdC, inclusive no campo específico a uma teoria organizacional de EdC." (LEITÃO; SPINELLI, 2008, pág. 465).

2.3. As práticas de mercado

Kjellberg e Helgesson (2007) formularam um modelo conceitual de mercados constituídos por práticas estabelecidas por sujeitos específicos, criando, mantendo e moldando, assim, as estruturas de funcionamento dos mercados. Os autores definiram três principais práticas: *normalizing practices* (práticas normativas), *exchange practices* (práticas de troca) e *representational practices* (práticas representativas), que seriam as três grandes esferas instituidoras dos mercados.

As práticas que criam, modelam e formatam mercados são compreendidas por Kjellberg e Helgesson (2007) como as práticas normativas, práticas representativas e práticas de troca, ampliando o campo de estudo para além da economia e inserindo as questões socioculturais neste modelo conceitual (STORBACKA; NENONEN, 2010). Partindo do pressuposto que os mercados são construções simbólicas (cenários) formadas por diversos atores/agentes com dispositivos sócio técnicos específicos (medição, tamanho, tempo, espaço, atores, representação e regras) e que se relacionam com o intuito de efetuar trocas, tendo por base um *framing* (construção) frágil capaz de sofrer *overflowings* (transbordamentos resultantes de externalidades), as práticas de representação são visões

compartilhadas resultantes de esforços coletivos capazes de gerar e moldar o caráter plástico das realidades dos mercados (MEDEIROS; VIEIRA, 2012; STORBACKA; NENONEN, 2010; ARAUJO; FINCH; KJELLBERG, 2010; KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Ideias e iniciativas de construção de mercados ideais, projeção estatística de vendas, projeção do futuro para elaboração do planejamento estratégico, elaboração e esforços de reforço de uma marca, reuniões e encontros com os funcionários de uma empresa para a solidificação de sua imagem atual e futura, participação em eventos, congressos, seminários e feiras de negócio, o investimento em publicidade e propaganda etc., todas estas contribuem para modelar ou remodelar a imagem compartilhada do mercado (seja no nível da empresa, seja no nível coletivo) e por isto são exemplos de práticas de representação mercados (MEDEIROS; VIEIRA, 2012; STORBACKA; NENONEN, 2010; ARAUJO; FINCH; KJELLBERG, 2010; KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Para compreender o significado das práticas de troca, Storbacka e Nenonen (2010, pág. 257, tradução nossa) elucidam que: “Práticas de troca estão envolvidas em consumir o intercâmbio econômico individual de bens, causando impacto sobre como o objeto de troca está sendo definido e como a interação entre comprador e vendedor é configurada.” Além da questão puramente econômica estudada pelo pensamento econômico dominante, a Sociologia Econômica também considera os fatores sociais como o segundo alicerce de investigação: “Os valores pessoais, sociais e culturais, bem como os significados também fazem parte das trocas, ...” (NOGAMI; VIEIRA; MEDEIROS, 2012, pág. 4) É interessante destacar a pesquisa desenvolvida por Nogami, Vieira e Medeiros (2012) onde os pontos de venda foram formatados para atrair a atenção do público de baixa renda consumidor de notebooks: “...com muitas decorações, cartazes, cores e música alta, variando entre sertanejo, axé e pop rock nacional.” (NOGAMI; VIEIRA; MEDEIROS, 2012, pág. 9) Outro detalhe importante neste estudo de Nogami, Vieira e Medeiros (2012) foi a conclusão que a disponibilidade para o prazo (parcelamento) do pagamento (prática de troca) é o valor mais importante na configuração deste mercado (consumo de notebooks para a população de baixa renda). Desta maneira, os canais de venda (loja, ponto de venda, internet, atacado ou varejo) as formas e condições de pagamento (parcelamento, dinheiro, cheque, moeda, cartão de crédito ou débito, boleto bancário, duplicatas, troca direta ou indireta etc), os objetos de troca em questão, e o relacionamento entre os agentes envolvidos no intercâmbio de bens (programas de fidelização, atendimento direto ou indireto via meios eletrônicos, centrais de relacionamento com os clientes...) são exemplos de práticas de troca.

As práticas normativas são práticas que contribuem para regular e servir de orientação para a conduta (comportamento) dos agentes do mercado: a legislação, as normas emitidas pelos agentes do Governo que regulamentam um setor específico, os certificados emitidos por empresas de consultoria amplamente aceitos pelos agentes como a *International Organization for Standardization – ISO* (Organização Internacional para Padronização), manuais gerenciais, regras gerais de marketing e competição em casos específicos, e o estabelecimento de objetivos e metas derivadas do planejamento estratégico por atores individuais são alguns exemplos de práticas normativas (NOGAMI; VIEIRA; MEDEIROS, 2012; STORBACKA; NENONEN, 2010; KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Todas as práticas de formação de mercado – representação, normatização e troca – estão inter-relacionadas em graus elevados ou menos intensos (KJELLBERG; HELGESSON, 2007). A conexão entre as práticas acontece por processo de translação: é um processo social básico de segmentação através do qual algo como uma ideia, uma regra, um texto,

uma tecnologia, por exemplos, através de uma extensão temporal e espacial, cria associações entre as práticas (KJELLBERG; HELGESSON, 2007).

Outras práticas como a interpretação do futuro que serve de fonte para o planejamento estratégico, esta prática, o planejamento tático, operacional e seus desdobramentos como metas de vendas e políticas e ferramentas de relacionamento com os clientes, assim como a análise das vendas e suas projeções estatísticas permeiam as três práticas de mercado conforme a seguinte ilustração:

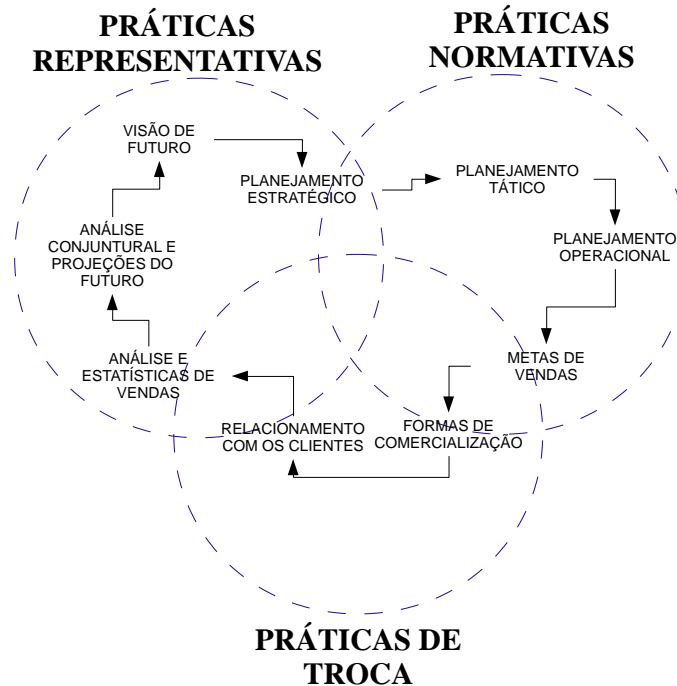


Figura 03: Práticas de Mercado a nível empresarial

Fonte: Elaboração do autor

Além da importância da compreensão dos fatores que contribuem para o funcionamento dos mercados no ambiente acadêmico, para a sociedade é relevante o entendimento das práticas de mercados que possibilitem a construção de mercados que satisfaçam os interesses coletivos com justiça social e em harmonia com a natureza. Descobrir quais mercados são desejáveis e como construí-los são desafios estimulantes (KJELLBERG; et al., 2012). E, enquanto atores constituintes de práticas de mercado, compreender como os administradores pensam sobre estas práticas seria de uma grande relevância para o avanço na compreensão sobre o funcionamento do mercado, porém, "Nós ainda sabemos muito pouco sobre como os administradores conceituam, descrevem e representam os mercados..." (KJELLBERG; et al., 2012, pág. 221, tradução nossa).

2.4. As práticas sustentáveis

A ideia do agrupamento ecológico de indústrias (CAPRA, 2005) onde os resíduos/dejetos de uma indústria sejam utilizados como fonte de 'matéria-prima' na produção da manufatura de outra, gerando um ciclo virtuoso de eficiência e um mínimo ou nenhum impacto ambiental, é um dos indicativos de esperança para a estrada da sustentabilidade. Um dos exemplos concretos alcançados pela *Zero Emissions Research & Initiatives – ZERI* (Pesquisas e Iniciativas de Emissão Zero) pode ser constatado em uma

fazenda de café colombiana onde todos os dejetos orgânicos são aproveitados de forma a incrementar outros negócios como a criação de aves, suínos e bovinos, cultivo de cogumelos, verduras e legumes com uma taxa de emissão zero de poluentes (CAPRA, 2005), conforme a imagem abaixo:

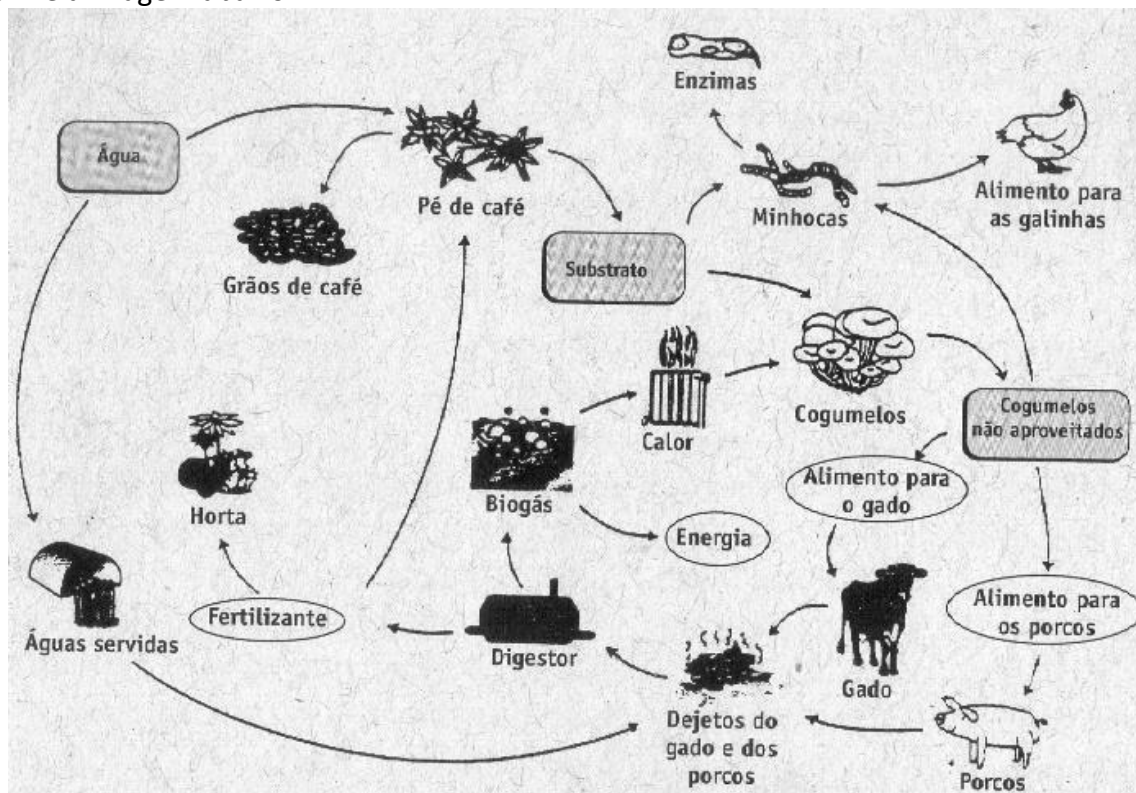


Figura 04: Agrupamento ecológico em torno de uma fazenda de café colombiana

Fonte: Adaptado de CAPRA, 2005, pág. 244 apud ZERI

Na fazenda de café colombiana todos os produtos e subprodutos (resíduos) são aproveitados, saindo da produção linear poluidora da indústria comum e se aproximando da cadeia ecológica onde tudo é aproveitado dentro de um ciclo de vida contínuo (CAPRA, 2005).

Com base neste exemplo, pôde-se constatar que as práticas de representação ecológicas geraram um mercado com práticas de troca sustentáveis em ciclo, onde cada resíduo era aproveitado em outro componente do ciclo produtivo. Uma legislação em um mercado qualquer proibindo um elemento nocivo ao ambiente (prática normativa) possivelmente influenciaria as práticas de troca, pois os produtos com o elemento proibido não poderiam ser vendidos. De maneira análoga podemos pensar nos consumidores ‘verdes’ preocupados com o meio ambiente ao criarem práticas representativas sustentáveis irão adquirir (práticas de troca) com preferência os bens que satisfaçam os seus interesses, ou seja, que não tenha nenhum ou pouco dano ambiental.

O elo entre os conceitos do agrupamento ecológico de indústrias (CAPRA, 2005) e as práticas de mercado (KJELLBERG; HELGESSON, 2007) analisado no exemplo supracitado da fazenda de café colombiana, reflete nas práticas de sustentabilidade originadas a princípio no plano das ideias e operacionalizadas com as práticas de representação sustentáveis, germinando um ciclo sustentável com outros segmentos (cultivo de cogumelos, legumes e verduras e criação de bois, aves e suínos) através de práticas de troca completamente

sustentáveis, sem nenhum dano ao bioma local e ainda gerando emprego para a comunidade local. Destarte, as práticas sustentáveis seriam práticas de mercado, constituídas pela realidade plástica de práticas normativas, de troca e representativas que, em conjunto, possibilitariam o atendimento das necessidades presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Considerando a exposição de práticas sustentáveis apresentadas, ergue-se uma dúvida: quais são as práticas sustentáveis acolhidas pelas empresas da EdC?

3. MÉTODO DE PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Adotando o critério de classificação proposto por Vergara (2007), classificamos esta pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins a pesquisa foi de caráter exploratório (VERGARA, 2007) porque objetivou-se auferir as práticas sustentáveis adotadas pelas empresas da Economia de Comunhão e também porque haviam poucos estudos sobre as práticas de mercado no modelo de Kjellberg e Helgesson (2007) voltadas à sustentabilidade.

Quanto aos meios de investigação (VERGARA, 2007) foram realizadas: pesquisas de campo, análise documental e análises bibliográficas.

As pesquisas de campo consistiram em entrevistas pessoais presenciais semiestruturadas com os proprietários das empresas Alfa e Gama, o envio de questionários através de correio eletrônico aos funcionários da empresa Alfa e ao representante da ANPECOM (Associação Nacional por uma Economia de Comunhão), e a observação não participante com algumas fotos registradas (somente na empresa Gama).

A pesquisa documental consistiu na análise de conteúdo de documentos recebidos das empresas: o pesquisador recebeu somente um texto produzido pelo proprietário da empresa Gama.

As pesquisas bibliográficas foram realizadas através dos sítios eletrônicos das empresas selecionadas (Alfa e Gama), da ANPECOM (Associação Nacional por uma Economia de Comunhão), EdC (Economia de Comunhão), e REDEC (Revista Eletrônica de Economia de Comunhão).

3.1. Coleta dos dados

Com o propósito de sintetizar a coleta dos dados, arquitetou-se um quadro com as siglas atribuídas aos sujeitos, as ferramentas (métodos) de coleta utilizadas, o tempo realizado para coletar os dados, os locais das coletas, as datas das coletas e a quantidade de ferramentas atribuídas a cada sujeito:

Siglas	Ferramenta de Coleta	Tempo de Coleta dos Dados	Local da Coleta	Data da Coleta	Quantidade
--------	----------------------	---------------------------	-----------------	----------------	------------

JMA (funcionário da Alfa)	Entrevista Individual e Questionário Eletrônico	14min e 49seg	Na região norte/noroeste do Estado do Rio de Janeiro e na divisa com o Estado do Espírito Santo (dentro da sala de trabalho da Srª JFA)	28/08/2013 e 14/02/2014	1 entrevista e 1 questionário eletrônico
JFA (proprietária da Alfa)	Entrevista Individual	49min e 55seg	Na região norte/noroeste do Estado do Rio de Janeiro e na divisa com o Estado do Espírito Santo (dentro da sala de trabalho da Srª JFA), e posteriormente por e-mail	28/08/13	1 entrevista
MFA (funcionária da Alfa)	Questionário Eletrônico	N.A.	E-mail	14/02/14	1 questionário eletrônico
SA (Site de Alfa)	Computador via internet	N.R.	Site da empresa	29/01/2014 e 09/02/2014	39 imagens e 2 textos
RMG (proprietário de Gama)	Entrevista Individual	23min e 19s	No interior do Estado de São Paulo - SP dentro da sala de trabalho do Sr RMG	02/09/2013	1 entrevista, 14 fotos na empresa e 1 texto enviado por e-mail
SG (Site de Gama)	Computador via internet	N.R.	Site da empresa	29/01/2014	29 imagens e 3 textos
FMAnp (Fernando Testa representante ANPECOM)	Computador via internet	N.A.	E-mail	10/02/2014	1 questionário eletrônico
SAnp (Site da ANPECOM)	Computador via internet	N.R.	Site da organização	27, 28, 29 e 30/01/2014	88 imagens e 9 textos
SEdC (Site da Economia de Comunhão)	Computador via internet	N.R.	Site da organização	27, 29 e 30/01/2014	4 imagens e 12 textos

TOTAL	2 sites de empresas da Economia de Comunhão, 3 funcionários entrevistados, 1 representante da ANPECOM, e os sites da ANPECOM e EdC	3 ferramentas de coleta	N.R.	4 "locais"	9 dias	3 entrevistas, 3 questionários eletrônicos, 14 fotos registradas em Gama, 26 textos e 176 imagens colhidas dos sites e 1 texto enviado pelo Sr. RMG
--------------	--	-------------------------	------	------------	--------	---

Abreviações: N.R.: Não Registrado, N.A.: Não se Aplica

Quadro 02: Resumo da Coleta de Dados

Fonte: Elaboração própria

A partir da análise dos dados coletados, e, utilizando-se da triangulação, foi criado o seguinte quadro resumido:

Organização	Características	Método coleta	Informantes
Alfa	Confecção de Brindes, 30 funcionários atuando na fábrica e em torno de 25 costureiras terceirizadas, e localizada no na região norte/noroeste do Estado do RJ e na divisa com o Estado do Espírito Santo	1 entrevista com o dono e um funcionário (que substituiu o dono em algumas perguntas); 1 visita, 2 questionários eletrônicos (e-mail) respondidos por 2 funcionários e download de documentos do site	Dono e 2 funcionários
Beta	Fundição de metais (produção de peças para a indústria automobilística), 70 funcionários e localizada no interior do Estado de SP	1 entrevista com o dono da empresa, 1 visita, 1 documento cedido pelo dono e download de documentos do site	Somente o proprietário
Anpecom	Associação, 1 funcionário remunerado, 45 empresas associadas, localizada no interior do estado de SP	1 questionário eletrônico (e-mail) respondido pelo representante e download de documentos do site	1 representante

Quadro 03: Resumo da Coleta de Dados das Instituições Pesquisadas

Fonte: Elaboração própria

3.2. Método de análise

Foi selecionado como método de tratamento dos dados a análise de conteúdo com a utilização de uma grade mista (BARDIN, 2011) como forma de viabilizar e facilitar a referida análise.

Para inferir as informações desejadas foram adotadas as frases, palavras-chave e parágrafos como unidades de análise e a interpretação do resultado por meio do emparelhamento (*pattern-matching*), isto é, comparando as informações coletadas com o

referencial teórico (VERGARA, 2005) da Economia de Comunhão, sustentabilidade e práticas de mercado. Como forma de análise da natureza do levantamento, foi adotado o corte transversal, isto é, a inferência de conhecimento momentânea similar a uma fotografia de um momento específico (CRESWELL, 2010); desta forma, a análise temporal não fez parte deste trabalho.

A análise de conteúdo basicamente consistiu em três escalas: a descrição compreendida como "...a enumeração das características do texto, resumida após tratamento..." (BARDIN, 2011, pág. 45), a inferência que consistiu na transição de uma etapa para outra através da captação de elementos significantes mas sem uma análise aprofundada, e, por último, a interpretação concebida dos elementos significantes extraídos da inferência (BARDIN, 2011).

Como forma de categorizar as informações foi criado uma tabela de grade mista porque agrega algumas características das grades fechadas e abertas: estabelece categorias a priori, isto é, preestabelecidas, e permite uma flexibilização para, se necessário, criar categorias durante a análise (VERGARA, 2005).

A categorização foi realizada através de análises semânticas, onde foram agrupados os dados por categorias temáticas (práticas de troca, práticas representativas, práticas normativas, Economia de Comunhão e sustentabilidade) definidas a priori: sendo distribuídas em um sistema de categorias à medida que foram encontradas (BARDIN, 2011). Para a definição dos quadros referenciais das práticas de mercado e da Economia de Comunhão foi utilizado o referencial teórico apresentado numa etapa anterior a esta, onde foram buscadas as definições, palavras e expressões-chave através da experiência adquirida e do conhecimento desenvolvido pelo autor deste trabalho durante as suas pesquisas.

3.3 Limitações do método

A impossibilidade de se alcançar todo o universo, restringindo a generalização do estudo, é uma das maiores limitações. Assim, o estudo de casos múltiplos foi a alternativa encontrada para esta limitação e que permite um diagnóstico profundo da amostra selecionada.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise dos dados, foram encontradas algumas dificuldades de classificação em relação às práticas sustentáveis como o relacionamento fraterno ou cordial com os funcionários e/ou clientes encontrado nas empresas Alfa e Gama. A lógica utilizada para a diferenciação foi: sendo o relacionamento fraterno externo, isto é, com os clientes, as práticas diagnosticadas foram classificadas como práticas de troca porque em cada venda há um pacote de bens tangíveis e intangíveis, denominado no referencial teórico de uma forma ampliada como coletivo híbrido (ARAUJO; FINCH; KJELLBERG, 2010; MEDEIROS; NOGAMI, 2012). Desta maneira, junto com a transação dos bens tangíveis como a moeda, os produtos e/ou serviços há também a qualidade no atendimento gerada pelo relacionamento entre os atores do mercado. Porém, o relacionamento fraterno interno (com os funcionários), foi classificado como prática normativa pelo motivo que foi observado uma regulação informal das atitudes dos funcionários e do(a) proprietário(a). Há uma possibilidade não comprovada que este relacionamento cordial oriente a conduta das ações dentro das empresas pesquisadas.

As práticas sustentáveis inferidas nas duas empresas foram:

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	
Tipo de Prática	Ideia Central
Práticas de Troca	Relacionamento honesto ou fraterno com os clientes
	Reciclagem dos resíduos aproveitáveis e doação dos resíduos não aproveitáveis a outros atores
	Utilização de matéria-prima reciclada na produção
Práticas Normativas	Desenvolve programas relacionados à saúde e segurança do trabalhador
	Realiza treinamento e cursos de capacitação ou formação aos funcionários
	Possui outras normas de redução do desperdício e da poluição
Práticas Representativas	Desenvolve políticas de Responsabilidade Social

Quadro 05: A Sustentabilidade através das Práticas de Mercado

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pelos sujeitos da pesquisa

Indicativos parecidos foram identificados nas empresas Alfa e Gama no relacionamento com os funcionários e clientes e também com o cuidado ambiental. Porém, existiam escalas diferenciadas de tratamento com o ambiente e no relacionamento conforme o porte e a estrutura de cada empresa: enquanto na empresa Alfa (criada no ano 2000) estava sendo iniciado um processo interno de estruturação administrativa devido a um crescimento rápido e não planejado, na empresa Gama a situação daquele momento era bem diversa: esta contava com sólidos 48 anos de existência e possuía uma ampla infraestrutura física e administrativa, apesar de estarem passando (ambas as empresas) por um período de crise financeira.

Assim, enquanto na empresa Gama a própria havia desenvolvido um sistema produtivo com um grande reaproveitamento dos resíduos e pouco impacto ambiental, na empresa Alfa a mesma ainda procurava uma forma de lidar com as sobras da produção reaproveitando uma parte na produção de alguns itens, doando outra parte às costureiras, mas, a maior parte não possuía nenhum tratamento indo direto para o lixo comum da cidade e gerando um impacto ambiental negativo. Compete destacar que Alfa oferece aos seus clientes um tecido reciclado das garrafas do tipo *pet*, mas, como o custo de aquisição deste tecido é substancialmente mais caro que os demais, termina por onerar o preço de venda e por consequência possui pouca aceitação no mercado.

Um fator importante observado durante as entrevistas foi o papel do Governo no relacionamento com as empresas Alfa e Gama, pois, em ambas as empresas os proprietários reclamaram muito da burocracia (levaram-se anos para aprovar o sistema de tratamento dos resíduos de Gama) ou da falta de suporte (no caso da empresa Alfa) para o tratamento adequado das sobras da produção.

Em relação à influência da ANPECOM nas práticas das empresas da EdC, foi identificado que a Associação não possuía um código de conduta explícito que orientasse as

ações das empresas associadas nas questões social e ambiental. Entretanto, compete destacar a opinião do prof. Fernando Testa (2014) que afirmou que as empresas da EdC “... possuem um *ethos*, valores compartilhados, que atuam no sentido da normalização das ações. Mas isso não acontece de maneira legalista ou coercitiva.” (TESTA, 2014).

Outras práticas de mercado da ANPECOM poderiam influenciar as práticas de mercado das empresas da EdC como: a organização de eventos para a divulgação da EdC e das empresas associadas, a construção de valores comuns e significados compartilhados, incentivo a estudos e pesquisas envolvendo a EdC, a troca de informações e experiências entre os associados e a ANPECOM, e, ainda, a oferta de assessoria ou consultoria às empresas associadas. Tais possíveis influências necessitam de um estudo aprofundado como forma de consubstanciar a pesquisa, pois são apenas indicativos.

A inferência sobre o relacionamento das empresas Alfa e Gama com a ANPECOM, nesta pesquisa, possivelmente influenciada pelo direcionamento dos questionários aplicados nestas empresas, não possibilitou identificar elementos que permitissem afirmar com certeza a influência das práticas da Associação que pudesse espelhar nas práticas de mercado das referidas empresas. Todavia, é possível concluir que há um empenho (ainda que tácito) da ANPECOM de se buscar formas coesas e harmônicas para as práticas de mercado das empresas associadas, seguindo os preceitos da ética e solidariedade nos quais acreditam.

5. Conclusão

O objetivo final almejado para este trabalho foi iniciar os primeiros passos na compreensão de identificar as práticas sustentáveis professadas pelas empresas da EdC. Desta forma, foi realizado a tentativa de explicar ao leitor quatro pilares conceituais: a sustentabilidade, a Economia de Comunhão (EdC), as práticas de mercado de Kjellberg e Helgesson (2007), e as práticas sustentáveis.

Economia de Comunhão (EdC): apesar de não possuir uma definição teórica concisa (LEITÃO; SPINELLI, 2008, pág. 465), a EdC procura se firmar mais como uma nova cultura do que um novo conceito econômico ou administrativo (BRUNI, 2005). De uma forma concreta, as empresas da Economia de Comunhão devem compartilhar o lucro de forma espontânea, destinando-o a três objetivos (BRUNI, 2005): um terço para o reinvestimento para o desenvolvimento da empresa, um terço para a propagação da cultura da partilha e da comunhão, e um terço para os pobres, começando pelos participantes do Movimento dos Focolares que se encontram em difícil situação financeira.

As práticas de mercado (KJELLBERG; HELGESSON, 2007) constituem um modelo conceitual com origens na sociologia econômica que procura identificar como os mercados existem, como são criados e modificados. Para a compreensão desta realidade (mercado) foram desenvolvidas três categorias de análise: práticas representativas relacionadas à compreensão do significado coletivo dos atores do mercado, práticas de troca relacionadas ao intercâmbio realizado entre estes atores, e as práticas normativas que servem como uma espécie de código de regras (explícito ou implícito) que conduzem o funcionamento do mercado. O conceito das práticas de mercado pode ser de grande relevância aos estudiosos da administração, pois possibilita uma nova forma de compreensão ampla e enriquecedora do mercado (incluindo seus atores participantes).

Sustentabilidade: a sustentabilidade é um tema relevante abordado em diversas áreas, inclusive na administração. Para a realização deste trabalho foi utilizado o conceito do

Relatório *Brundtland* que afirma ser o "... desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades." (WCED, 1987, tradução nossa).

Constituídas através de realidade plástica, pois estão em permanente interação e sujeitas a influências externas, as práticas sustentáveis, enquadramento teórico desenvolvido neste trabalho, seriam compostas de práticas de mercado normativas, de troca e representativas que, em conjunto, possibilitariam a satisfação das necessidades presentes sem comprometer as demandas das gerações futuras.

Como resultado de pesquisa, em relação às práticas sustentáveis, foi possível identificar: um relacionamento honesto ou fraterno com os clientes, a reciclagem dos resíduos aproveitáveis e doação dos resíduos não aproveitáveis a outros atores, e a utilização de matéria-prima reciclada na produção como práticas de troca; o desenvolvimento de programas relacionados à saúde e segurança do trabalhador, a realização de cursos de capacitação ou formação aos funcionários, e a utilização de outras normas de redução do desperdício e da poluição como práticas normativas; e o desenvolvimento de políticas de Responsabilidade Social como práticas representativas.

Uma conceitualização da EdC, para que atenda à sustentabilidade WCED, (1987), deverá incorporar no seu seio o atendimento das necessidades presentes sem comprometer as futuras. Apesar de haver este distinto intuito observado nas práticas sustentáveis identificadas, este trabalho não possibilitou afirmar que o desenvolvimento e expansão da EdC conciliará ambos os interesses. A Teoria dos *Stakeholders* pode agregar conhecimento relevante para a sustentabilidade na medida em que permite uma análise atual da empresa com os atores que possuem relacionamento como: proprietários, credores, consumidores, empregados, as comunidades locais, grupos ambientalistas e os membros mais desfavorecidos da sociedade (LOGSDON; YUTHAS, 1997). Sendo assim, uma consonância dos anseios dos *stakeholders* com a empresa é um sinal positivo na trilha da sustentabilidade, pois permite constatar a satisfação no presente dos atores relacionados. A EdC, nos estudos de Pinto (2004), aponta indícios de percorrer este caminho, ao observar uma aproximação com a Teoria dos *Stakeholders*.

Como sugestão de exames futuros, recomenda-se a aplicação da pesquisa em um maior quantitativo de empresas da EdC, considerando que a limitação de pesquisa em apenas duas empresas não possibilita a sustentação do conceito inferido em um universo maior. Sugere-se também uma pesquisa de satisfação junto aos *stakeholders* destas empresas, ampliando os atores objetos de pesquisa de Pinto (2004). Compete mencionar que uma análise de impactos e projeções futuras com a definição de indicadores de sustentabilidade, tendo como alvo as práticas sustentáveis das empresas EdC, e com o auxílio de estudos estatísticos por exemplo, pode colaborar na prospecção para o atendimento de reivindicações futuras.

Para alcançar a sonhada sustentabilidade, teoria e prática devem caminhar em sintonia. Sendo assim, a análise e desenvolvimento de práticas sustentáveis englobadas pelas empresas da EdC podem se transfigurar em uma alternativa neste curso.

5 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Nacional por uma Economia de Comunhão. Disponível em: <<http://www.ANPECOM.com.br/>>. Acesso em: 27 janeiro 2014.

ARAUJO, Luis; FINCH, John; KJELLBERG, Hans. (Eds.) Reconnecting marketing to markets. Oxford: **Oxford University Press**, 2010.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA TRAJETÓRIA COMUM COM MUITOS DESAFIOS. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, maio/jun. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, D. F.; SAUERBRONN, J. F. R.; COSTA, A. S. M. Corporate Sustainability Discourse in a Brazilian Business Magazine. **Social Responsibility Journal**, 2014.

BERNARDES, Roberto Carlos; VARELA, Carmen Augusta; SOARES, José Aparecido. DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA PRODUTIVA AO BIODIESEL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM COM BASE NO MÉTODO DA HÉLICE TRIPLA. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, São Paulo, v.10, n.3, setembro/dez. – 2012.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é: o que não é. **Editora Vozes**, Petrópolis – RJ, 2012.

BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. **Editora Cidade Nova**, São Paulo – SP, 2005.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. Editora Cultrix, São Paulo – SP, 2005.

COMUNHÃO, **Economia de**. Disponível em: <<http://www.edc-online.org/br/>>. Acesso em 13/05/2013.

COMUNIONE, Economia di. **Tesi on-line**. Disponível em: <<http://www.ecodicom.net/tesi.php>>. Acesso em 07/04/2013.

CORRÊA, Karine Coelho. Análise das condições ambientais de trabalho em indústrias de fundição. **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa – PR, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda Lopes, consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição de Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALLABRIDA, Ivan Sidney. NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO EMPRESARIAL NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES DE UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE EXPERIÊNCIAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DE ECONOMIA DE COMUNHÃO. **Dissertação** (Mestre em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau – SC, 2004.

DEMAJOROVIC, Jacques et al. Logística reversa: como as empresas comunicam o descarte de baterias e celulares? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 52, n. 2, mar/abr. 2012.

ECONOMIA de Comunhão. Disponível em: <<http://www.edc-online.org/br/>>. Acesso em 13 maio 2013.

ELKINGTON, John. In: _____. **Enter the Triple Bottom Line**. 2004. Disponível em <<http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2013.

_____. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. Editora: M. Books do Brasil Editora Ltda., São Paulo, 2012.

FERNANDES, Valdir. A DIMENSÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS: UMA ANÁLISE DA RACIONALIDADE DA ECONOMIA DE COMUNHÃO (EDC). **Doutorado** (Doutor em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina - SC, 2007.

FERREIRA, Paulo Andre; BARROS, Denise Franca. O CONCEITO DA SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA DE COMUNHÃO: UMA ABORDAGEM INICIAL. **Relato de pesquisa**. Almanaque Unigranrio de Pesquisa, v. 1, p. 149-156, 2013.

FOCOLARES, Movimento dos. **História**. Disponível em <<http://focolares.org.br/sitenacional/movimento-dos-focolares/historia/>>. Acesso em 26/05/2013.

GARDINI, Alexandre de Oliveira; MATIAS, Marcos José Almeida; AZEVEDO, Denise Barros. PROGRAMAS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA BOVINOCULTURA DE CORTE DE MATO GROSSO DO SUL: CAMINHOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA BOVINOCULTURA SUSTENTÁVEL. *Revista REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, Universidade Federal de Campina Grande, CCJS/UACC, Souza – PB, Vol. 4, nº 1, 2014.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XII, n.2, p. 405-414, jul.-dez. 2009.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em 26/05/2013.

JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovese. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, maio/jun. 2011.

JUNIOR, Claudelino Dias; LIMA, Marcus Vinícius A. de; DALMAU, Marcos Baptista Lopez. Uma contribuição ao desenvolvimento de indicadores de desempenho para ativos intangíveis organizacionais. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, set./dez. 2011.

JUSTEN, Carlos Eduardo; NETO, Luís Moretto. DO ECONOMICISMO À DIALOGICIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DO PARADIGMA DA ECOLOGIA PROFUNDA E DA NOÇÃO DE GESTÃO SOCIAL PARA A TEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, opinião 3, Rio de Janeiro, set. 2012.

KJELLBERG, Hans; et al. Market futures/future markets: Research directions in the study of markets. **Sage Publications**, Jun 27, 2012.

KJELLBERG, Hans; HELGESSON, Claes-fredrik. On the nature of markets and their practices. **Sage Publications**, Jun 11, 2007.

KRAEMER, Fernanda; SILVEIRA, Teniza da; ROSSI, Carlos Alberto Vargas. Evidências cotidianas de resistência ao consumo como práticas individuais na busca pelo desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2012.

LEITÃO, Sergio proença; SPINELLI, Renée Assayag. Economia de comunhão no Brasil: a produção acadêmica em administração de 1991 a 2006. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, maio/jun. 2008.

LIMA, Caio. **Clube de Roma: debate futuro do planeta há quatro décadas**. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=148&infol=12080>>. Acesso em 27/05/2013.

LOGSDON, Jeanne & YUTHAS, Kristi. CORPORATE SOCIAL PERFORMANCE, STAKEHOLDER ORIENTATION, AND ORGANIZATIONAL MORAL DEVELOPMENT. *Journal of Business Ethics*. v.16: 1213-1226, 1997.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; CRUZ, Cláudia Ferreira da; FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. Índice de desenvolvimento sustentável: uma análise apoiada em dea para os municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Gestão e Regionalidade**, v. 27, n. 81, set./dez. 2011.

MEDEIROS, Juliana; VIEIRA, Francisco Giovanni David. EnANPAD 2012. In: V ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD, 5, 2012, Curitiba. **A Construção do Mercado Editorial Eletrônico no Brasil por meio de Práticas de Mercado**. Curitiba: ANPAD, 20 a 22 de maio de 2012.

MEDEIROS, Juliana; NOGAMI; Vitor Koki da Costa. EnANPAD 2012. In: V ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD, 5, 2012, Curitiba. **Práticas de Mercado e Inovação: Dimensões Esquecidas**. Curitiba: ANPAD, 20 a 22 de maio de 2012.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Protocolo de Montreal à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio**. Disponível em : <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/883-camada-de-oz%C3%B4nio>>. Acesso em 11/04/2013.

_____. **Nova Lei Florestal é sancionada com vetos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8769-nova-lei-florestal-%C3%A9-sancionada-com-vetos>>. Acesso em 12/06/2013.

NASCIMENTO, Thiago Cavalcante; MENDONÇA, Andréa Torres Barros Batinga de; CUNHA, Sieglinde Kindl da. Inovação e sustentabilidade na produção de energia: o caso do sistema setorial de energia eólica no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2012.

NOGAMI, Vitor Koki da Costa; VIEIRA, Francisco Giovanni David; MEDEIROS, Juliana. EnANPAD 2012. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Construção de Mercados: Um Estudo no Mercado de Notebooks para Baixa Renda**. Rio de Janeiro: ANPAD, 22 a 26 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, Patrícia Freire Ferreira; WADA, Elizabeth Kyoko. Stakeholders e apart-hotéis: estudo de casos múltiplos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 11, n. 2, mai./ago. 2012.

PACE, Eduardo Sergio Ulrich; OLIVEIRA, Antonio Marcos de; ALKMIM, William Fabio de. A criação de valor na gestão da mão de obra voluntária no terceiro setor. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 10, n. 3, set./dez. 2012.

PINTO, Mario Couto Soares. A Economia de Comunhão sob o Olhar da Teoria dos Stakeholders. **Tese** (Doutorado em Administração de Empresas) - Pontifícia Universidade Católica – PUC, Rio de Janeiro, Jun. 2004.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Após CFC, desafio global é eliminar HCFC. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, 05 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2273>>. Acesso em: 11 abril 2013.

SANTANA, Sérgio Carvalho de. **Princípios para um modelo de gestão ambiental sob o duplo enfoque de tecnologias limpas e da economia de comunhão**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

SANTANA, Jeferson Simões; GUEDES, Cezar Augusto Miranda; VILLELA, Lamounier Erthal. Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set. 2011.

SILVA, A. C. da., et al., Economia de Comunhão: o estado da arte e reflexões. Congresso Internacional de Administração. Ponta Grossa – PR, Set. 2015.

SOARES, Jessica. **10 poluentes que mais matam no mundo**. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superlistas/10-poluentes-que-mais-matam-no-mundo/com>>. Acesso em 24/05/2013.

STORBACKA, Kaj; NENONEN, Suvi. **Scripting markets: From value propositions to market propositions**. Industrial Marketing Management, Elsevier Inc., 2010.

THIBES, Mariana Medeiros; NETO, Luis Moretto. Mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil: um estudo de caso. **PRETEXTO**, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, out./dez. 2011.

TORNO, Armando. **Levar a Ti o mundo em meus braços: vida de Chiara Lubich**. Editora **Cidade Nova**, Vargem Grande Paulista – SP, 2011.

UNITED Nations Conference on Trade and Development. Trade and Development Report, 2012. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2012_en.pdf>. Acesso em: 11 abril 2013.

UNITED Nations Environment Programme. The Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer. Disponível em: <http://ozone.unep.org/new_site/en/montreal_protocol.php>. Acesso em 11 abril 2013.

_____. Keeping Track of Our Changing Environment: From Rio to Rio+20 (1992-2012). Disponível em: <http://www.unep.org/geo/pdfs/keeping_track.pdf>. Acesso em: 11 abril 2013.

USP – Universidade de São Paulo. Efeito Estufa. Disponível em: <<http://www.usp.br/qambiental/tefeitoestufa.htm>>. Acesso em 11/04/2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Editora Atlas S.A., São Paulo – SP, 2007, 9ª edição.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Editora Atlas S.A., São Paulo – SP, 2011, 13ª edição.

_____. **Métodos de pesquisa em administração**. Editora Atlas S.A., São Paulo – SP, 2005.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012.

WCED - World Commission on Environment and Development. Our Common Future. Disponível em <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm> com acesso na data de 11/04/2013

ZERO Emissions Research and Initiatives. Disponível em: <<http://www.zeri.org/ZERI/Home.html>>. Acesso em 27 maio 2013.